



PROJETO DE LEI Nº 028, de 14 de junho do ano de 2022

EMENTA: Dispõe sobre o parcelamento especial de débitos do Município de Quipapá com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

ALVARO PORTO DE BARROS FILHO, Prefeito do Município de Quipapá, Estado de Pernambuco, valendo-se das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, sem prejuízo de outros dispositivos que regulem a matéria, submete a deliberação do Poder Legislativo o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o parcelamento especial dos débitos do Município de Quipapá com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Quipapá - QUIPAPÁPREV, em 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais, iguais e sucessivas de contribuições devidas pelo ente federativo ou descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, bem como de outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias e com o Regime Geral de Previdência Social, todos relativos as competências das parcelas 2009 a 2021.

§1º – As parcelas para pagamento do débito serão pagas em iguais e sucessivas prestações, a iniciar em outubro de 2022, podendo ser descontadas da complementação para pagamento de folha mensal dos inativos no caso do RPPS.

§2º - O valor do débito já atualizado com o RPPS é de R\$ 13.170.035,40 (treze milhões, cento e setenta mil, trinta e cinco reais e quarenta centavos).

§3º - As parcelas serão sucessivas, compreendidas no prazo do §1º, no valor de R\$ 54.875,15 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e setenta e cinco reais e quinze centavos).

Art. 2º Para apuração do montante devido a ser parcelado os valores originais foram atualizados pelo Índice da tabela do TJPE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data de consolidação do termo de acordo de parcelamento.

Art. 3º Em caso de reparcelamento, para apuração do novo saldo devedor, os valores atualizados da consolidação do parcelamento ou reparcelamento anterior e das suas respectivas prestações pagas serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data da consolidação do parcelamento ou



reparcelamento anterior e das datas das suas respectivas prestações pagas até a data da nova consolidação do termo de reparcèlemento.

Art. 4º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice do TJPE, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

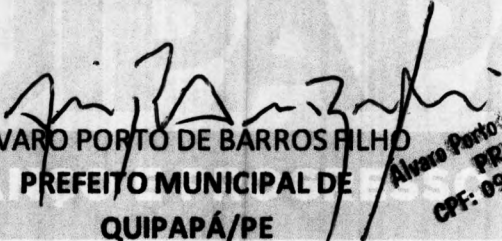
Art. 5º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcèlemento e das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único - A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcèlemento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 6º O parcelamento com o RGPS seguirá as condições de adesão determinadas em lei ou portarias expedidas pela Secretaria Especial de Previdência Social.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Quipapá/PE, 14 de junho do ano de 2022.


ALVARO PORTO DE BARROS FILHO
PREFEITO MUNICIPAL DE
QUIPAPÁ/PE

Alvaro Porto de Barros Filho
PREFEITO
CPF: 093.178.444-13